

ATA DA 029ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA - Reporta-se à reunião na comissão de Turismo e Meio Ambiente com o presidente da Fatma, Gean Loureiro.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Manifesta-se a respeito da questão ambiental.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Reporta-se à energia solar.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Registra que a Igreja Luterana de Brusque completa, no dia de hoje, 150 anos de sua implantação.

Partidos Políticos

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reporta-se aos investimentos no estado catarinense.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Manifesta preocupação sobre a realidade do quadro das contas públicas do estado de Santa Catarina.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Defende a educação a distância; pede providências para o Hospital Infantil Joana de Gusmão.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Aborda a questão da demarcação de terras indígenas.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Registra investimentos no estado de Santa Catarina.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se à questão da economia do Brasil; aborda a necessidade urgente do transporte ferroviário.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Faz observações a respeito do problema existente no Canal do Linguado, em São Francisco do Sul.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Defende a participação de um maior percentual de mulheres no Corpo de Bombeiros.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Defende a participação de um maior percentual de mulheres no Corpo de Bombeiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, gostaria de me manifestar sobre alguns assuntos. O primeiro deles diz respeito à reunião que tivemos na data de hoje, na parte da manhã, reunião que tive a satisfação de presidir, na comissão de Turismo e Meio Ambiente desta Casa, onde recebemos o presidente do órgão ambiental catarinense, Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina, Fatma.

O presidente Gean Loureiro apresentou as suas metas, as suas prioridades e também ouviu os questionamentos e as sugestões que nós deputados daquela comissão técnica apresentamos.

Assim, esperamos que esse debate iniciado nesta manhã tenha outros momentos de desdobramentos, dadas as necessidades que temos de agilizar os processos de análises ambientais em Santa Catarina.

O próprio presidente nos colocou que apenas no órgão de recursos, em termos de recursos, temos mais de 1.700 processos no Conselho Estadual do Meio Ambiente. Há a discussão de se criar um tribunal administrativo, um tribunal ambiental, de mudar alguns procedimentos, de fazer ações que agilizem realmente a análise desses processos.

Há também questões que são de esclarecimentos para a sociedade. E cito como exemplo a questão da averbação da reserva legal, que já é uma exigência extinta pela lei federal e que nós ainda temos alguns cartórios de Santa Catarina exigindo isso.

Fizemos essa colocação ao presidente Gean Loureiro que nos relatou um expediente encaminhado à desembargadora Salete Sommariva, para que ela possa encaminhar aos cartórios catarinenses orientação no sentido de que não façam mais essa exigência. Inclusive a Fundação do Meio Ambiente já retirou das suas normativas os itens que se referiam às exigências da chamada averbação em cartório da reserva legal, já que isso foi extinto pela lei federal vigente neste país e aprovado no novo Código Florestal Brasileiro.

Então, julgamos importante o debate ocorrido e, com certeza, deveremos retornar em outras ocasiões para debater as adaptações que o Código Florestal de Santa Catarina deverá receber em relação à nova legislação federal, O Código Florestal Brasileiro, que é posterior, até porque alguns itens são confrontantes entre os dois e deverão ser adaptados na legislação de Santa Catarina.

Então, a nossa comissão técnica dará o parecer final quando tramitar esse projeto. Por isso estamos atentos e solicitamos que possamos participar ativamente dos debates para a elaboração do projeto e também quando tramitar por esta Casa, para estarmos inteirados das discussões.

Sr. presidente, o segundo assunto que quero apresentar nesta Casa é uma reunião que nós iremos realizar na próxima sexta-feira, no município de Itá, onde estaremos com representantes das prefeituras lindeiras às barragens, especialmente ali da barragem do Itá, não apenas de Santa Catarina, mas também do Rio Grande do Sul, debatendo sobre a questão da aplicação e destinação dos recursos da chamada compensação financeira dos recursos hídricos arrecadados pelo estado.

Muitas pessoas chamam isso de *royalties*, mas *royalties* se relacionam quando é a barragem de Itaipu, e nesse caso o nome técnico correto é compensação financeira dos recursos hídricos.

Queremos debater lá e para tanto criamos nessa comissão, nesta Casa, uma Frente Parlamentar da destinação dos recursos hídricos. Convido os deputados que se desejarem fazer presentes para às 14h, na sexta-feira, irem a Itá, onde estaremos para debater a possibilidade de o estado destinar esses recursos para as regiões diretamente que tratam do mesmo assunto no Rio Grande do Sul, especialmente com a Amubi, Associação dos Municípios Lindeiros da Barragem de Itá, uma entidade que abre essa barragem, uma entidade que está na linha de frente da organização desse evento. Estaremos lá debatendo para estabelecer

mecanismos e convencimento ao governo, no sentido de que aplique prioritariamente esses recursos na região.

Estarei lá através de meu gabinete e com o gabinete do nosso deputado federal Pedro Uczai, com o apoio da prefeitura de Concórdia. Portanto, estaremos promovendo na sexta-feira um debate importante sobre o nosso movimento regional para falarmos sobre a expansão da universidade federal da Fronteira Sul e a criação de um campus em Concórdia, que é uma luta de há muito tempo.

Acompanhamos, desde a criação da universidade, toda a luta para criar a universidade. Agora, temos a luta para essa expansão. E já apresentamos ao ministro da Educação o projeto de expansão com áreas prioritárias nas áreas das engenharias. Estivemos duas vezes conversando sobre esse assunto com o ministro da Educação e com a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti. E na sexta-feira vamos fazer mais essa reunião para consolidar essa organização, essa força, e estabelecermos os nossos próximos passos em relação a essa luta que julgamos tão importante.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital, eu estava acompanhando o pronunciamento do deputado Neodi Saretta com referência à questão ambiental.

Estávamos discutindo do Código Ambiental em nível de Santa Catarina e de Brasil. E Santa Catarina deu uma contribuição muito grande, principalmente na defesa do meio ambiente e na proteção dos proprietários de unidades próximas aos rios, às fontes d'água, buscando agir com muita consciência, preservando aquelas propriedades, que pela necessidade dos seus agricultores tiveram que fazer algum tipo de

desmatamento, fazendo a proteção e claro protegendo o meio ambiente de novos danos, aliás, procurando sempre o melhor.

Temos uma polêmica criada no município da nossa querida cidade de Balneário Camboriú com referência ao deslizamento ocorrido na conhecida Estrada da Rainha, no final da avenida Atlântica, no pontal norte, no acesso da Praia dos Amores à Praia Brava.

Eu sou vizinho e morador dessa área, portanto, sei que essa obra causou muita polêmica. Até temos algumas imagens, fotos de Balneário Camboriú e do Morro da Rainha, mas a equipe técnica não consegue colocar no ar. Infelizmente, a população teve que se manifestar. Inclusive, existe um movimento muito grande na cidade e uma preocupação com o que está acontecendo. Vi e coletei várias páginas de jornais de Balneário Camboriú e região.

Tivemos uma obra em que os técnicos e engenheiros dizem que é importante, que foi o novo acesso ao Edifício Terraço da Rainha. Até entendo o cuidado dos técnicos e engenheiros ambientais, a respeito de os deslizamentos com as últimas chuvas não causassem um dano ainda maior ao meio ambiente, aos edifícios, aos moradores, e até para que as pessoas não corressem risco de vida. Mas paralelo à obra de acesso aos Terraços da Rainha há um segundo acesso. E li as informações dos técnicos, do Ministério Público, agora com o promotor José de Jesus Wagner que trata da questão ambiental no município de Balneário Camboriú, e de ações que foram iniciadas pelo promotor Rosan da Rocha, que sempre foi um defensor das questões do município, especialmente das questões do meio ambiente.

O Ministério Público já interditou, já liberou, e tem que liberar, porque a situação na Estrada da Rainha é caótica. As imagens são chocantes dos cortes que ocorreram no Morro da Estrada da Rainha e também do dano que já houve e que pode ser pior.

Então, há a necessidade de que obras sejam realizadas para proteger e evitar que um evento de maiores proporções venha a ocorrer. No último

sábado, houve uma manifestação de populares em defesa do Morro da Rainha, pedindo providências, pedindo proteção, ação das autoridades. E no próximo sábado, às 10h, haverá uma nova mobilização. Então, é importante que a administração municipal, que o meio ambiente e o Ministério Público tenham atenção para solucionar essa questão.

É grave o dano causado ao meio ambiente, não sei se poderia ser evitado, se ações poderiam ter sido realizadas, mas infelizmente se deixou chegar a essa situação. Até não entendi o que se pretendia fazer ali, porque tem a Estrada da Rainha, foi feito um acesso aos Terraços da Rainha, um acesso necessário, houve um estudo ambiental, pelo que sei, houve discussão e aprovação do Ministério Público e da prefeitura municipal, e uma segunda obra que agora entendi é um acesso entre a Estrada da Rainha e acesso aos Terraços da Rainha, para novas obras e novos empreendimentos na parte esquerda quando se sobe o Morro da Rainha.

Essa é uma preocupação que temos, pois sabemos da mobilização da população. No sábado já houve uma manifestação que acompanhei das 10h ao meio-dia, e no próximo sábado haverá uma nova mobilização.

Então, essa é a nossa preocupação, porque o município de Balneário Camboriú é uma cidade bela por natureza, que tem no turismo sua grande fonte de riqueza; por isso, tem que preservar o meio ambiente e a sua beleza natural.

Temos a certeza do envolvimento da administração municipal, também do Ministério Público, na questão ambiental e dos empreendimentos envolvidos nessa obra, para encontrarem a melhor solução em defesa da nossa querida cidade de Balneário Camboriú.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero registrar a presença neste plenário do prefeito de Nova Erechim, Valmir Pirovano, do PT; do vice-prefeito Romeu Frozza, do PMDB, e do secretário da Administração Gilson Pagliarini, que nos estão visitando hoje em nossa Casa Legislativa.

Quero agradecer a presença deles e desejar a eles boas-vindas a este poder.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro do deputado Dirceu Dresch, esta presidência deseja também boas-vindas às autoridades aqui presentes.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, estive no início da semana, na segunda-feira e na terça-feira, em São Paulo, participando de um evento sobre energia solar, política de governo federal e produção distribuída. O que é isso?

O governo federal regulamentou em decreto a possibilidade de um consumidor gerar energia na sua casa e o excedente distribuir na rede, reutilizando-a depois à medida que necessitar. Isso já é fartamente utilizado na Europa, nos Estados Unidos, na Ásia, principalmente no Japão. Em Ottawa, é a cidade com a melhor performance mundial de produção de energia distribuída.

Nós, no Brasil, estamos andando muito lentamente nesse processo. Se considerarmos que em torno de 70% da matriz energética mundial advêm de combustíveis fósseis e de que 68% no Brasil são de energia renovável, a grande maioria proveniente de hidrelétricas, podemos analisar que não demos a devida atenção para isso. Mas o nível de crescimento do Brasil está exigindo a garantia de energia firme, por exemplo, através de usinas termoelétricas, a gás ou a carvão, como será

novamente colocado o carvão para reaproveitamento, no próximo leilão, na produção de energia. E para Santa Catarina isso é bom porque existe tecnologia que permite o controle da emissão do CO2, o que não dava anteriormente porque não havia patamares adequados.

O que verificamos em São Paulo é que os recursos que existem hoje provenientes para esse segmento de energia distribuída, para que possam ser produzidas nas casas, precisam de um estímulo, e o Ceará é o estado que tem a legislação mais avançada no que tange à tributação do ICMS. E Santa Catarina, que tem um dos maiores pólos tecnológicos, não tem nada do ponto de vista de legislação de estado que permita evoluir e acelerar esse processo. Porque o governo federal também possibilitou que através do BNDES, do cartão Construcard e de linhas de cartão, pudéssemos utilizar recursos da ordem de até R\$ 1 milhão em empréstimos para incentivar essa economia. E aqui em Santa Catarina basicamente ninguém sabe, mas somos um estado avançado.

Como a partir de janeiro o estado brasileiro possibilitou isso, estaremos puxando mais esse debate em Santa Catarina.

Inclusive, fazendo projetos de lei e promovendo debates com o governo para que possamos estimular, através da redução do ICMS, o desenvolvimento de uma cadeia produtiva nesse segmento tecnológico, porque precisamos ter a geração de emprego e renda com a mão de obra de quem vai fornecer os serviços, de quem vai fazer a manutenção, de quem vai, efetivamente, desenvolver esse segmento no estado de Santa Catarina mostrando ao cidadão que o que ele investe nos dias de hoje se paga em torno de oito ou nove anos, que é um tempo razoável, mas à medida que a tecnologia evolui, logicamente, os custos para a geração dessa energia têm diminuído, a exemplo do que acontecia com a energia eólica, quando no último leilão foi comprada a R\$ 80,00 o megawatts/hora, mas nos primeiros leilões chegou a custar R\$ 360,00, se não me engano. Hoje na energia solar já estamos chegando a patamares de

R\$ 160, R\$ 170, R\$ 180, mas a tendência é que esses custos diminuam cada vez mais, mas se não desenvolvermos a cadeia produtiva da energia solar em Santa Catarina o Brasil, que é o grande exportador do silício, que é a matéria-prima dos painéis solares, em que se usa monocristal de silício, automaticamente, não vai continuar produzindo toda a matéria-prima para os painéis produtores de energia solar, porque exportamos silício e importamos placas, e a única empresa brasileira que hoje está produzindo chama-se Tecnometal, e está para ser inaugurada outra que não é nada mais do que uma montadora de painéis, ela não produz as células fotoelétricas aqui no país.

Então, nesse seminário, fizemos um convite ao representante do BNDES, porque aqui em Santa Catarina estaremos reunindo segmentos, para que venha demonstrar as linhas de créditos existentes, não apenas para isso, mas também na inovação tecnológica, com a participação de representante da empresa de planejamento energético, que é vinculada ao ministério, colocando as perspectivas de desenvolvimento para o país do ponto de vista energético.

Gostaria, ainda, de dizer que a nossa bancada está acompanhando todas as plenárias do Partido dos Trabalhadores nas regiões em relação ao debate que se faz quanto ao processo eleitoral que o PT terá neste ano, porque em novembro teremos as eleições do futuro presidente estadual dos municípios e também do Brasil. Dessa forma, torna-se importante registrar que o PT é o único partido que nacionalmente e na América Latina, elege os seus presidentes através dos seus filiados, e que, segundo o regimento do partido, 50% da sua direção deve ser formada por mulheres e, se o candidato a presidente do partido for homem, a vice-presidente tem que ser mulher, também compartilhando a questão de gêneros. E também há a questão das quotas de 6% da executiva: negros, índios etc.

Mas o importante é que nessas quatro plenárias que participamos no alto vale e em Curitiba, percebemos claramente que o nosso partido em cada

estado tem um novo contexto e, se alguém imagina ou ousa afirmar que aqui em Santa Catarina vai chegar alguém e dizer o caminho que temos a seguir, pode escrever: vai se dar mal. Se alguém acha que a nacional vai chegar a Santa Catarina e definir os nossos rumos como caciques, escrevam: aqui estamos construindo uma nova história de partido com uma discussão muito madura, e eu não me lembro, na minha vida pública, de o PT tê-la empreendido.

Por isso, deputado Dirceu Dresch, estou muito satisfeito por participar dessas plenárias. E vamos continuar participando, nesse final de semana, no sul do estado e também na região de Lages.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Jailson Lima, quero agradecer pela oportunidade do aparte e parabenizá-lo pela fala tanto sobre a questão das energias renováveis, que é um tema que também temos debatido muito, como também sobre a questão da construção do partido.

O PT em Santa Catarina tem uma grande responsabilidade de pensar um projeto de estado ousado e não um projeto de governo ou um projeto de poder político somente, mas um projeto que mexa com o futuro de Santa Catarina e a estrutura de estado de fato. Então, deputado, esse é um grande desafio.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Sr. presidente, gostaria de cumprimentar a deputada Ana Paula Lima e o deputado Décio Lima, que acompanharam todas as plenárias do alto vale, que foram plenárias magníficas, uma no município de Dona Emma, com o prefeito Egon Gabriel Júnior; outra em Rio do Campo, com o prefeito Rodrigo Preis; outra em Rio do Sul; e outra na cidade de Ituporanga.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero, hoje, fazer uma referência muito especial, cumprimentando os pastores Claudio Schefer e Edélcio Tetzner, da Comunidade Luterana de Brusque. Em nome do seu presidente, sr. Sergio Kuchenbecker, quero cumprimentar todos os membros da Comunidade Luterana de Brusque. Em nome da Comunidade Luterana de Brusque, gostaria de saudar todos os membros das diversas comunidades espalhadas pelo estado, que sei que dão uma contribuição muito importante para a formação da nossa sociedade.

A Igreja Luterana de Brusque completa, no dia de hoje, 150 anos de sua implantação especificamente em Brusque. Todos nós já conhecemos um pouco da história de Martinho Lutero, que nasceu em 1493 e morreu em 1546. Em 1507 foi ordenado sacerdote da Congregação Agostiniana, e depois, como padre, questionou, à época, algumas condutas que a Igreja Católica tinha no mundo inteiro, especificamente no caso na Europa, na Alemanha. Ele defendeu os seus princípios e compilou, à época, as chamadas 95 teses, teses essas muito importantes que serviriam, em princípio, para dar uma revitalizada e fazer uma reflexão também das condutas da Igreja Católica que já vinham há séculos sendo questionadas. E naturalmente no final de século XV e início do século XVI, especificamente em mil quinhentos e pouco, o ano dos grandes descobrimentos, enfim, o período em que o mundo inteiro questionava as condutas da humanidade, alguns conceitos que a humanidade tinha das diversas coisas, inclusive da religião, Martinho Lutero escreveu e colocou sob a porta da igreja as 95 teses que achava importantes e teria a igreja que absorvê-las para poder modificar e ganhar novamente a credibilidade, ganhar a função religiosa que teria que ter.

Naturalmente, diante daquilo tudo que lhe foi ameaçado, ser excomungado, por exemplo, ele teria que retirar, negar aquelas teses que estavam publicadas. E a afirmação dele se tornou célebre por ter dito que não podia negar a sua convicção.

Esse é apenas um pequeno relato da história de Martinho Lutero. E dali nasceu então a Igreja Luterana que é grande, forte, em muitos lugares de colonização alemã. E no caso de Brusque, a história de Brusque já passa de 160 anos, 163 anos. E a comunidade organizada como igreja, como comunidade religiosa, completa hoje 150 anos.

Em Brusque, iniciou no domingo passado uma celebração civil e religiosa lembrando a data. E hoje acontecem alguns encontros por conta de ser exatamente o dia 17 o dia que completam os 150 anos.

Então, quero destacar algumas das ações importantes que a comunidade evangélica teve, fez e faz. E graças a essas ações Brusque hoje é o que é.

Destacamos, por exemplo, a questão religiosa, através da igreja, a interação com todas as comunidades com envolvimento desde a sua fundação, o envolvimento e relacionamento próximo dos pastores, do pastor, com todos os membros da comunidade. É comum ouvir o pastor dizer que na cidade de Brusque tem 4.500 famílias e que conhece todos os seus membros - é o pastor que conhece todas as suas ovelhas. E essa interação religiosa é muito importante, principalmente na complementação da educação que as famílias dão às suas famílias, desde a fundação, como disse, até agora, a complementação da educação, da formação das pessoas, que sem dúvida é um elemento muito importante nesse trabalho.

A segunda grande ação é através da escola. Hoje mesmo temos o Colégio Cônsul Carlos Renaux, que é justamente um colégio de 1ª a 8ª séries, com o segundo grau. Temos muitas pessoas que nasceram em Brusque, estudaram nesse colégio e hoje são importantes em outros lugares de Santa Catarina e do Brasil, pela qualidade da educação.

A terceira grande ação da comunidade luterana é o hospital. Há muito anos tivemos primeiro a maternidade, depois, o hospital. E agora temos a Maternidade Hospital Evangélico que durante muitos anos atendeu, ou atendia, pelo SUS e convênios. Atualmente tem a filantropia, atende a todos os convênios, atende particular e também faz inúmeros atendimentos gratuitos para compensar o benefício da filantropia.

Destaco que todas essas ações, seja a influência religiosa, seja a influência da educação e a sua colaboração na saúde, essas três grandes ações são voltadas para toda a comunidade de Brusque, há muito tempo.

Não importa qual a religião para poder estudar no Colégio Cônsul Carlos Renaux ou ter acesso ao Hospital Evangélico. A comunidade luterana de Brusque sempre esteve à disposição de toda a comunidade de Brusque.

Hoje, Brusque tem mais de 100 mil habitantes, aproximadamente 20 mil são luteranos, e toda sociedade, a cidade inteira, teve um resultado, um benefício, pelas inúmeras ações que foram realizadas pela igreja, pela escola, pelo hospital e pelos membros da comunidade que iniciaram principalmente inúmeras atividades industriais, atividades comerciais e promoveram o desenvolvimento de Brusque.

Tudo isso foi fruto da interação da comunidade luterana, da comunidade católica, que fez com que a nossa cidade de Brusque fosse o resultado dessa grande interação, da participação da comunidade luterana em Brusque.

Por isso, queremos destacar, em nome de algumas pessoas ilustres de Brusque, dos seus líderes religiosos e comunitários, líderes da comunidade luterana, todos os luteranos, agradecer a eles pela grande contribuição que deram para o desenvolvimento social e econômico da cidade de Brusque.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos estão destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo interessados em fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra, o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha, gostaria de registrar mais uma reunião que aconteceu no dia de hoje com o governador Raimundo Colombo, para a apresentação dos investimentos que Santa Catarina receberá nesses dois próximos anos referentes ao Pacto por Santa Catarina.

Grandes obras estão sendo realizadas; são mais de R\$ 9 bilhões investidos no nosso estado, e hoje tivemos mais uma reunião com a demonstração de onde e como esses recursos estão sendo investidos, principalmente na área do transporte, com a recuperação e ampliação da malha viária do estado, com muitos recursos para quase todas as rodovias estaduais.

Na área da saúde são grandes investimentos, com a construção de policlínicas, com investimentos no Hospital Marieta Konder Bornhausen, em Itajaí, da ordem de R\$ 50 milhões, investimentos importantíssimos para a nossa região do vale, da foz do rio Itajaí, região de Balneário Camboriú.

Sabemos o problema que é a saúde pública em nível de Brasil, de estado, de município e as dificuldades que são enfrentadas.

Estivemos há poucos dias com o governador, no município de Itajaí, e estavam presentes os deputados Volnei Morastoni e Dado Chereim, onde a obra foi apresentada.

Também houve o valor de R\$ 50 milhões para o Hospital Regional de Chapecó, no oeste, que não é

somente uma ampliação, é quase uma construção nova, que o governo do estado está investindo para atender a toda a região. Então, são grandes obras tanto no litoral da cidade Itajaí como também no município de Chapecó, nas mesmas proporções.

São policlínicas construídas em quatro cidades de Santa Catarina: Criciúma, Joinville, Caçador e São Miguel d'Oeste, e a recuperação com investimentos em várias outras áreas hospitalares. São investimentos também na área da educação; são mais de 230 escolas estaduais recebendo recursos. A situação era difícil, nós sabemos que são estabelecimentos que, no seu dia a dia, enfrentam desgastes; então, teremos a recuperação de muitas e a construção de novas unidades educacionais.

Teremos a construção do colégio estadual, no bairro das Nações, no município de Balneário Camboriú, uma obra reivindicada há muito por essa comunidade. Uma obra muito importante com um projeto arquitetônico muito prático, que será um dos grandes investimentos para essa região.

É o governo estadual também presente na área da Justiça e Cidadania com grandes investimentos, como no local onde antes tínhamos o antigo São Lucas. Na área da Segurança Pública são mais de 1.000 pontos de câmaras de monitoramento, mais de 1.600 viaturas sendo adquiridas, coletes balísticos, pistolas, enfim, estamos equipando nosso estado.

Nunca se investiu tanto, além de tudo o governo do estado está quitando algumas dívidas. O governo chegou a pagar R\$ 100 milhões, dos quais 97% são de juros. Foram apenas R\$ 3 milhões de abatimento em dívidas que o estado possuía.

É uma administração preocupada com o estado, com o equilíbrio das finanças, em quitar as dívidas; não é uma administração de festas, é muito responsável com os recursos dos catarinenses. Então, por isso é sempre importante registrar esses investimentos que o Pacto por Santa Catarina trouxe e que irá representar muito para a nossa população.

Falávamos anteriormente sobre a questão ambiental de Balneário Camboriú. Passamos a

mostrar algumas imagens da Estrada da Rainha que é uma área central desse município.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

E lamentavelmente hoje está como esta foto na parte de baixo.

Então, tivemos, no último fim de semana, uma mobilização dos moradores, dos defensores de Balneário Camboriú. Como já disse, houve a intervenção do próprio Ministério Público, de engenheiros ambientais, das empresas que estão realizando as obras, porque é inadmissível um dano desse ao meio ambiente, um dano desse ao município que tem as suas riquezas principalmente voltadas para o turismo e para o lazer. É uma obra que preocupa, pois existe risco aos moradores próximos e a toda população de Balneário Camboriú.

No próximo sábado, às 10h, a comunidade novamente estará reunida cobrando providências e também preocupação com esse dano ao meio ambiente, à população e ao município.

Gostaria de registrar que o promotor dr. Rosan da Rocha e o dr. Wagner têm interagido com a comunidade buscando ações judiciais necessárias para que não haja mais prejuízos à comunidade e a todo estado de Santa Catarina, porque é um prejuízo grave ao meio ambiente.

Agora, uma boa notícia é o anúncio do governo do estado em relação à obra de construção do Colégio Estadual, no bairro das Nações, em Balneário Camboriú. E o lado triste é a preocupação com esse dano ambiental, com esse fato ocorrido na Estrada da Rainha, em Balneário Camboriú.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra a líder da bancada, Deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente! Cumprimento o deputado Padre Pedro Baldissera que preside esta sessão

ordinária, a deputada Angela Albino, os srs. parlamentares e quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital.

Sr. presidente, srs. parlamentares e público que nos assiste, além das boas novas relatadas pelo deputado Maurício Eskudlark, dos recursos que estão sendo investidos em Santa Catarina graças ao governo federal, na ordem de R\$ 9,4 bilhões, os quais podem realizar obras na área da saúde, como foi bem falado aqui pelo deputado, as policlínicas, o socorro aos hospitais, a exemplo do Marieta Konder Bornhausen que vai ter um aporte de R\$ 52 milhões, as obras em infraestrutura na recuperação das estradas estaduais catarinenses, na educação haverá a recuperação de algumas escolas.

Isso tudo foram investimentos da nossa presidente Dilma Rousseff que estendeu a mão para o estado de Santa Catarina, para o governo do estado fazer essas obras com recursos federais.

A outra boa nova que trago, sr. presidente, é a Portaria de n. 168/2013, publicada no Diário Oficial da União, sobre as contratações do programa Minha Casa, Minha Vida, as quais podem incluir agora a construção de escolas. É mais um bom motivo, um bom exemplo da presidente Dilma Rousseff para todos os municípios do nosso país. Aí fica um alerta aos nossos prefeitos que podem agora contratar a construção de escola pelo programa Minha Escola, Minha Vida.

Também venho aqui, sr. presidente, no horário de nosso partido, para dizer que acompanhei com atenção, na semana passada, as declarações, deputado Maurício Eskudlark, do nosso secretário de estado da Fazenda, sr. Antônio Gavazzoni, e fiquei muito preocupada sobre a realidade do quadro das contas públicas do estado de Santa Catarina.

Por isso, as obras que estão acontecendo no estado de Santa Catarina são com recursos do governo federal, porque o secretário Gavazzoni, numa matéria de jornal, dizia o seguinte: "O quadro é grave no estado de Santa Catarina". Admitiu o secretário da Fazenda Antônio Gavazzoni,

do PSD, ao ser indagado sobre o balanço do governo estadual no mês de março. As despesas com o pessoal do poder Executivo atingiram a cifra de R\$ 6,91 bilhões, representando 47.15% da receita corrente líquida.

Assim, srs. parlamentares, isso é um alerta, extrapolou o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 46.55%. É a primeira vez que o estado de Santa Catarina ultrapassa o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Pela primeira vez é extrapolado esse limite. Se as despesas atingirem 49% da receita, o governo federal não transfere e não pode transferir mais recursos. Os contratos serão suspensos e vetados novos convênios e novos financiamentos. O quadro é grave.

Eu quero contribuir um pouco, sr. presidente, com o governo do estado de Santa Catarina, pois acho que os deputados de Oposição fazem críticas para orientar o governo. Essa é a minha contribuição para o governador Raimundo Colombo que tem que fazer uma análise de um ângulo diferente. E falo aqui do inchaço da máquina pública estadual.

Santa Catarina é um dos territórios menores da nossa federação, mas é o estado que mais possui secretarias de estado em relação aos outros estados da nossa federação. É o estado que possui o maior inchaço da máquina pública. Chegamos ao absurdo, srs. parlamentares, de ter 25 secretarias de estado aqui, na capital do estado, mais 36 secretarias de Desenvolvimento Regionais, mais 31 sociedades de economia mista, que são as autarquias e as fundações. Isso mesmo, são 61 secretarias que infelizmente, quero aqui admitir (o governador e os parlamentares sabem disso), não cumprem a missão de bem atender ao povo catarinense. A estrutura das secretarias regionais é uma vergonha, elas só têm uma função, a de garantir a estrutura política para as eleições. Estão inchadas de cargos comissionados.

Eu vou fazer esse detalhamento com mais precisão na próxima semana, para que todo o povo catarinense entenda o que são as secretarias de

desenvolvimento regional. Mas hoje vou apresentar alguns números. Em 2004, quando foram criadas as secretarias regionais, elas tinham um custeio de R\$ 72 milhões. Em 2011 esse valor subiu para R\$ 337 milhões, apenas para custeio das secretarias. Em 2004 as regionais tinham uma folha de pessoal de R\$ 19 milhões. Em 2011 ultrapassam R\$ 100 milhões, só com folha de pagamento. Em 2004 os investimentos das regionais somavam R\$ 58 milhões, menor do que o custeio. Em 2011 R\$ 268 milhões, valores que vem caindo a cada ano.

Vejam, srs. parlamentares, que o custeio e a despesa com pessoal ultrapassam em muito os investimentos das secretarias regionais onde elas se localizam, basta ver no gráfico. Do ponto de vista público e financeiro, as secretarias regionais são uma aberração, é um ralo para a evasão dos recursos públicos. O governador sabe disso e os parlamentares desta Casa também sabem.

Eu tenho a convicção de que essa estrutura precisa ser repensada por este governo que a criticava anteriormente e hoje ocupa esses cargos. Mas ela precisa ser repensada. Ainda há tempo para isso. Há muitas secretarias de desenvolvimento regional. No momento em que se discute o endividamento do estado é fundamental rever essa estrutura. Fica aí o meu alerta para o secretário Gavazzoni que diz que está no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

As secretarias regionais devem ser reduzidas e ao mesmo tempo repensadas para atender de fato à população das suas regiões. Não existe um argumento, srs. parlamentares, factível para defesa de 37 secretarias de desenvolvimento regional. Elas não funcionam, não resolvem os problemas das regiões e não atuaram decisivamente para a diminuição das desigualdades sociais deste estado. As pessoas ainda vêm para a capital a fim de resolver os seus problemas. Os prefeitos, os vereadores. têm vindo aqui. A população, para ser atendida, vem para a capital do estado. Então, as regionais não funcionam.

Nós temos que reduzir o número de secretarias e as que permanecerem precisam ter recursos e

autonomia para tocar o desenvolvimento regional. Foram criadas para isso.

Outro exemplo de inutilidade pública é o uso político das regionais, e vou citar aqui um exemplo que saiu na imprensa. O sr. Jurandir Agustini, do PSD, está deixando a secretaria de Desenvolvimento Regional de Lages, que vai receber um sucessor, Gabriel Ribeiro, também do PSD. O Sr. Agustini assumirá uma diretoria na secretaria da Saúde, enquanto Ribeiro, sobrinho do governador Colombo, assume a secretaria, já se preparando para concorrer a deputado estadual.

Então, é para isso que servem as secretarias regionais. É um cabide de emprego, como foi mencionado por diversos parlamentares. O sobrinho do governador vai assumir a SDR de Lages, para ser candidato a deputado. Essa secretaria foi criada para o desenvolvimento daquela região, para as pessoas serem atendidas lá, não para ser um cabide de emprego ou por oportunismo político. Para que serve uma SDR? É cada vez mais evidente a inutilidade das SDRs.

Por isso, sempre volto a falar que realmente Santa Catarina com 61 secretarias não dá. O secretário Gavazzoni precisa ter pulso firme e resolver isso. E assim o governador vai ter recursos para fazer os investimentos na área da saúde, da educação e da infraestrutura, que a população catarinense quer e necessita, para o desenvolvimento deste estado. As secretarias regionais não funcionaram, não funcionam e precisam ser reduzidas.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente e srs. deputados, hoje gostaria de abordar dois temas, muito embora o tempo seja muito pequeno.

Quero noticiar que o nosso mandato apresentou três projetos de lei que tratam de estender os benefícios do art. 170, do art. 171 e do Fundo Social, relativo às bolsas de estudo, para estudantes também da modalidade de ensino a distância. Para quem não sabe, hoje, os estudantes do ensino a distância estão excluídos desses benefícios que o governo do estado, através de lei aprovada neste plenário, já disponibiliza. É uma discriminação que não faz sentido. Compreendemos que a par de que é necessário um rigoroso tratamento para que não tenhamos instituições que visem apenas o lucro sem preocupação com a educação e que a questão da qualidade no ensino a distância é fundamental, ao mesmo tempo precisamos reconhecer que é uma ferramenta nova, inovadora, que através da tecnologia pode levar para milhares de pessoas a possibilidade de ter acesso finalmente ao ensino superior.

Quanto ao perfil dos estudantes de educação a distância, vemos que a imensa maioria são trabalhadores, um grande contingente de mulheres que durante o dia trabalham e que à noite precisam dar conta da casa, precisam dar conta dos filhos, acumulam uma série de atividades, mas que não perderam o sonho de fazer uma universidade.

Muitos filhos de pais e mães muito simples que também não tiveram o acesso à educação de nível superior têm na educação a distância uma ferramenta possível de inclusão social. Portanto, o estado de Santa Catarina agora reconhece a necessidade de também disponibilizar bolsa para esses estudantes, promove o sonho de milhares de pessoas, muitas delas inclusive maduras, que já viveram parte da sua vida profissional, mas que agora têm tempo para fazer uma universidade. E só tem no ensino a distancia essas pessoas têm essa possibilidade.

É uma modalidade de ensino nova, mas que certamente veio para ficar. Portanto, cuidar da qualidade, mas também permitir maior acesso à educação a distância é uma possibilidade que abrimos pela melhoria da qualidade de vida de muita gente.

Hoje ainda eu tratava do assunto, aqui, em Florianópolis e mencionava com outras pessoas que frequentando os lugares mais empobrecidos da nossa cidade percebe-se muito o impacto positivo, extraordinário, que uma mulher ou um homem tem quando tem acesso ao nível superior, à graduação, dentro da sua comunidade. Muitas vezes a referência é uma referência ruim em alguns lugares empobrecidos de quem se deu bem na vida, de quem andou para frente, são pessoas que estão à margem da lei. E homens e mulheres, em especial esses que têm uma vivência empobrecida, terem acesso à educação superior é também um referencial positivo, portanto, num desdobramento, inclusive, de combate à violência, em particular às mulheres. Repito: as mulheres são um grande contingente da educação a distância. E acredito que temos que apostar mais nisso, nessa modalidade de ensino, facultar mais o acesso às pessoas que desejam ter um nível superior.

O meu tempo é modesto e vou voltar ao assunto em outros momentos. Mas gostaria de concluir apenas com a notícia de que o governo do estado vai recorrer - os jornais dizem liminar - da ferramenta legal, patrocinada pelo Ministério Público de Santa Catarina, determinando normas, determinando procedimentos que o governo do estado precisa adotar, emergencialmente, para dar conta do Hospital Infantil aberto e com qualidade.

Eu quero fazer um apelo ao governo do estado no sentido de que não recorresse dessa decisão ou dessa medida liminar, enfim, da proposição que o Ministério Público tem encampado.

Nós precisamos ter um olhar diferenciado para o Hospital Infantil.

Eu, junto com a deputada Ana Paula Lima e com o deputado Volnei Morastoni, fui por três ocasiões diferentes ao hospital. E vimos a dedicação daqueles profissionais, o modo como se empenham para dar um atendimento de qualidade. Mas na UTI neonatal do Hospital Infantil existe goteira ao lado do respirador. Havia um bebê recém-nascido no respirador, e uma goteira ao lado, amparada com balde e água já verde de estragada.

Não nos podemos render à burocracia e tratar o Hospital Infantil como se fosse qualquer outra obra a mais. O governo do estado precisa de um regime especial para dar conta do Hospital Infantil, que é um hospital de referência no estado.

Nós precisamos que o governo do estado trate emergencialmente esse assunto. Que seja fazer obra 24 horas, que seja enfrentar sábado e domingo ou até mais tarde possível e contratar funcionários.

Nós não fazemos saúde, não fazemos educação, não fazemos segurança sem pessoas. Quem realiza as políticas públicas são os servidores públicos, que, aliás, hoje, estão da frente do Centro Administrativo pedindo ao governo que cumpra a lei, que é a defesa que fazemos no plenário também, e de fato reajuste seu salário anualmente como cabe aos servidores públicos - é bom lembrar, por lei. Portanto, pedimos ao governador menos tempo recorrendo da decisão e mais tempo construindo a solução para o Hospital Infantil Joana de Gusmão.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, quero aproveitar esse espaço para conversarmos um pouquinho sobre a questão indígena. Aqui na Casa foi criado pela comissão de Constituição e Justiça, na manhã da terça-feira próxima passada, um grupo de trabalho liderado pelo deputado Mauro de Nadal, que criou a subcomissão voltada ao acompanhamento de questões indígenas no estado. O grupo foi composto pelo deputado Dirceu Dresch, deputado Aldo Schneider e pelo próprio deputado Mauro de Nadal. Eles pretendem trazer para o Parlamento estadual os debates relacionados às áreas atualmente em litígio em território catarinense, como o Morro

dos Cavalos, Cunha Porã, Saudades, Araquari, Barra do Sul etc.

E tendo em vista que tenho muito haver com esse problema, porque há algum tempo, diria até uma questão de dois anos atrás, criamos aqui o fórum permanente para tratar da questão da demarcação de terras indígenas. E como trouxemos o problema para a Casa, também trouxemos aqui as lideranças para tratar do assunto de demarcação das terras indígenas, elementos do governo estadual e federal, deputados federais, para tratarmos desse assunto lá na nossa região, no município de Araquari, várias vezes. Realizamos reuniões com a bancada catarinense em Brasília por duas vezes. Os encaminhamentos tinham sido feitos e depois pararam pelo meio do caminho. Não se chega nunca a um acordo, a um denominador comum em relação a essas coisas.

É tão impressionante que agora estou vendo que se está puxando novamente para a Casa isso aqui. É um problema sério, crescente e cada dia mais perto de todos nós.

O que estou fazendo, neste momento, é desfazendo o fórum permanente para tratar da questão de demarcação das terras indígenas em Santa Catarina nesta Casa, pois quem exercia a Presidência era este deputado. Estou neste momento, quero que fique registrado, desfazendo o fórum permanente para tratar da demarcação de terras indígenas desta Casa. E, portanto, passando essa responsabilidade, esse assunto, para a comissão de Constituição e Justiça, através dos três deputados que irão doravante percorrer provavelmente o mesmo caminho que eu percorri. O mesmo caminho que este deputado e os membros daquele fórum permanente percorreram. Vão chamar as autoridades pertinentes, ou seja, aqueles que têm a ver com o problema, deputados federais, vão fazer reuniões, debater o assunto e, queira Deus, que encontrem uma solução.

Eu, sinceramente, tenho poucas esperanças de ver, a curto prazo, uma solução para o problema. Acho e entendo que deveria para esse problema,

antes de ele entrar em discussão, haver um entendimento político.

Até o deputado Padre Pedro Baldissera me dizia assim: "Nilson, a questão é política". E é verdade. Concordo com o deputado Padre Pedro Baldissera, porque a questão envolve questões políticas também. E nesse primeiro momento acho que deveria haver um entendimento político para depois se sentarem os srs. deputados, representantes, enfim, todo o segmento interessado, para se chegar a um denominador comum. Vejo com muita esperança também essa iniciativa do governo do estado que está adquirindo cerca de 900ha de terras na região de Bandeirantes para acomodar lá um grupo bastante grande de índios, para aquela questão de Cunha Porã, Saudades e toda a questão de lá.

O governo, parece-me, está tomando a iniciativa, já que não chegam a um acordo com a Funai e os segmentos. O governo está comprando uma gleba de terra enorme, para acomodar e dar aos índios, para terem um meio rural para viverem, enfim, terem o tratamento digno que todos eles merecem.

Eu acho que essa alternativa, sr. presidente Padre Pedro Baldissera, talvez seja essa a melhor alternativa que tenhamos daqui para frente, se vingar. O pior é que se o governo vai lá e compra a terra, acomoda os índios e depois a Funai vem e demarca a terra onde estava querendo demarcar. Aí não vamos ter um problema, vamos ter dois problemas.

Esperamos o bom senso e que isso seja resolvido.

No Congresso Nacional tramitam inúmeros projetos de lei que tratam do mesmo problema. Quando tivemos reunião com a bancada catarinense em Brasília, por duas vezes, essa questão foi tratada. E ficou-e de fazer outra reunião com as bancadas federais de estados onde existem o problema: Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, com deputados desses outros estados, para chegarem a um denominador comum e colocarem no mesmo projeto

todas as ideias e todas as intenções que estavam tramitando no Congresso Nacional.

Infelizmente, não que eu não tivesse vontade, não prosperou. Fala com um, fala com outro, e dizem que não dá; vai na semana que vem, e vai para cá, vai para lá, e isso acabou não chegando a lugar nenhum. Torço, sinceramente, de coração, que essa subcomissão para esse acompanhamento que foi criado agora na comissão de Constituição e Justiça possa efetivamente chegar a algum lugar, a um denominador comum, com relação a essa causa que é difícil, triste, porque olhamos para um lado e vemos colonos angustiados e apavorados inclusive com a possibilidade de perder parte de suas terras. E por outro lado vemos também índios que na verdade estão precisando mais de um atendimento, de um acompanhamento do governo federal.

Local para colocar esses índios existe. Mas o que é preciso é boa vontade. O que eles precisam é de atendimento, acompanhamento. Muitos sabem, e não precisamos tapar o sol com a peneira, que em muitas tribos os indígenas, em grande parte delas, os índios têm problemas com álcool. O que eles precisam é de tratamento, precisam de atenção na saúde e tudo mais, coisa que não fazem hoje em dia com a devida necessidade que eles têm.

Dito isso, sr. presidente, já me resta apenas um minuto e meio e ainda tenho pelo menos dois ou três assuntos para tratar aqui. Então, quero aproveitar esse um minuto e meio para me congratular com os municípios de Garuva e Araquari.

Os srs. deputados que representam as mais diversas regiões de Santa Catarina vão colocar a barba de molho porque os municípios de Garuva e Araquari, deputado, nos próximos anos vão ser os dois municípios que mais vão se desenvolver nesse estado, por conta dos investimentos que estão vindo para essa região. Temos em Garuva a Tractebel com um grande projeto milionário.

Vou fazer uma fofoca aqui e vai ficar só entre nós. Estão conversando também com a Mercedes-Benz para ela vir para cá. E já existe alguma conversa

nesse sentido. Não posso adiantar muito para os senhores, mas já está adiantada essa conversa, também. Nós vamos ter em nossa região, nos próximos anos, um grande desenvolvimento. E se Deus quiser ele haverá de trazer melhores condições de vida para os catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Consulto se o sr. deputado Edison Andrino deseja fazer uso no horário do seu partido.

(Pausa)

(O deputado Edison Andrino declina.)

Livre a palavra aos deputados do PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, quero dizer que, além de um colega parlamentar, tenho um amigo na pessoa de v.exa. Quero cumprimentar os srs. deputados, as sras. deputadas, a imprensa, todos os presentes.

Dividir o tempo do nosso partido, mas é com orgulho que faço uso do horário do PMDB. Eu não tinha essa pretensão no dia de hoje, mas ouvi desta tribuna alguns pronunciamentos, deputado Edison Andrino, de que é necessário resgatar alguns esclarecimentos, deputado Nilson Gonçalves. E v.exa. falava da questão indígena. Por isso, quero também cumprimentá-lo, porque v.exa. está coberto de razão quando diz que temos que ter respeito aos nossos índios. Mas nós vemos aqui no Morro dos Cavalos, por exemplo, 1.800 mil e poucos hectares sendo considerados como área indígena, deputado Edison Andrino, desalojando mais de 100 famílias de moradores, de produtores e pescadores que estão nessa região.

Então, que se dê espaço para os índios, mas que também se respeite os que adquiriram, aqueles que compraram, os que pagaram, aqueles que

construíram as suas propriedades ao longo desses anos.

Hoje, pela manhã, deputado Padre Pedro Baldissera, o sr. governador Raimundo Colombo recebeu as bancadas de situação. E quero cumprimentar o governador, o vice-governador, pelo anúncio de muitas obras. Que eu me lembre, nunca tinha visto em Santa Catarina, deputado Nilson Gonçalves, obras em todos os setores, deputado Padre Pedro Baldissera, na saúde, na segurança, na educação, de infraestrutura.

Ouvi o deputado Nilson Gonçalves falar das indústrias que se estão instalando na BR-101, nos municípios lindeiros do grande município de Joinville. E temos que nos preocupar também com o nosso oeste de Santa Catarina.

As indústrias vão realmente se instalar onde se oferece condições, onde tem infraestrutura, onde tem possibilidade de desenvolvimento. E esse pacote de obras que o governo anunciou no dia de hoje veio ao encontro do desenvolvimento, muitas vezes esquecido, do nosso grande oeste de Santa Catarina.

Aqui ouvi pronunciamentos que o governo federal é o responsável por esses recursos, deputado Edison Andrino, mas o governo federal não está fazendo nenhum favor para Santa Catarina. O governo federal está emprestando o dinheiro para o nosso estado construir obras.

O governo federal, através do banco, através da boa vontade da presidente, faz um financiamento para o estado de Santa Catarina, mas futuramente alguém terá de pagar.

Então, não podemos vir aqui e deixar transparecer que estamos recebendo favores do governo federal, que esses recursos estariam vindo a fundo perdido. Não é a fundo perdido, é um financiamento que o governo federal faz para o nosso estado.

Quando falamos das questões dos endividamentos dos estados, também sabemos que faz algo em torno de dez anos que Santa Catarina não contrai mais nenhum financiamento, mas continua pagando os financiamentos anteriores e a conta, ao invés de

diminuir, deputado Nilson Gonçalves, aumenta. E o governador citou hoje um exemplo de que durante um ano pagaram um juro de R\$ 1 bilhão para uma determinada dívida de R\$ 100 milhões, diminuindo a dívida em R\$ 3 milhões. Quer dizer, pagamos R\$ 97 milhões de juros para a união. E isso não ocorre somente com o estado de Santa Catarina, ocorre com os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, enfim, com todos os estados brasileiros.

Mas também temos que dizer que não é de agora, deste governo federal, não é do governo da presidente Dilma Rousseff, do ex-governo de Lula, mas desses anos todos até agora, que os recursos foram se concentrando em Brasília.

Eu, deputado Nilson Gonçalves, dentro da minha modéstia, estou enxergando que estamos vivendo - e muitos aqui foram prefeitos e chamo o testemunho do meu colega deputado Neodi Saretta, que foi prefeito em Concórdia - uma ditadura financeira, em que os recursos estão se concentrando cada vez mais em apenas um poder, e esse poder fica fortíssimo e consegue, deputado Kennedy Nunes, administrar da forma que entende melhor, levando os prefeitos para Brasília para comprar uma motoniveladora e os governadores fazer os seus financiamentos. Ainda bem que temos uma presidente que pensa em dividir esses recursos, mas precisamos de um congresso e de alguém na presidência da República que reconheça que precisamos distribuir esses recursos não com o pedido do pires na mão, com o pleito do prefeito, do governador em Brasília, mas através de uma reforma tributária, que são nos municípios, no estado que vivem as pessoas, e é aqui que precisamos dos recursos.

Eu vi aqui também o questionamento das secretarias Regionais, deputado Nilson Gonçalves...

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Em relação a esse assunto que v.exa. está tratando, os problemas, deputado, são as questões doutrinárias

que, por conta desse dinheiro todo que fica em Brasília, acabam ficando em segundo plano. Os prefeitos, governadores, por conta da necessidade de terem verbas para os seus municípios, para os seus estados, esquecem a doutrina, esquecem a filosofia do seu partido e se abraçam com o governo federal para somente assim conseguir as verbas necessárias para o desenvolvimento de sua cidade ou de seu estado.

Isso é perverso, isso não é correto, seria necessário que ocorresse uma mudança substancial para que tivéssemos uma vida política mais salutar neste país.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Por isso, deputado Nilson Gonçalves, que eu disse que estamos vivendo uma ditadura financeira, que os recursos estão concentrados cada vez mais em um só poder ou no máximo em dois poderes. Enquanto que vemos os nossos municípios e todos os prefeitos municipais, os 295, de Santa Catarina - não é diferente, se o município é maior ou menor -, ressentirem-se em fazer investimentos.

E, além de tudo, os municípios têm uma carga maior do que os governos estaduais e federais, com a Educação, com a Saúde, que é difícil administrar quando o SUS fica 12 anos, 15 anos sem reajustar a tabela de profissionais, de hospitais, e os prefeitos sabem disso, porque nenhuma prefeitura possui menos de 15%, 18%, 20% de investimento nesta área.

Assisti aqui a alguns questionamentos sobre as secretarias de Desenvolvimento Regionais e acho que devemos repensar esse assunto, porque quando elas foram criadas tinham o objetivo de desenvolver as regiões, os municípios as quais pertencem, inclusive, tivemos muita dificuldade de fazer com que isso fosse compreendido da melhor maneira possível, e fico triste quando se tenta tirar ainda mais o poder daquilo que está mais perto da população. Penso que temos que discutir a forma de atuação dessas secretarias, mas em momento algum temos que pensar em fechar uma secretaria regional, em tirar de uma região o

poder de descentralização que era o objetivo desde a criação.

Podemos analisar que, quando o governo federal cria mais um ministério é porque entende que isso é necessário. Então, se temos, dentro das secretarias regionais, excesso de pessoas ou alguém fora da área que precisa trabalhar, isso deve ser administrado e ajustado. Da mesma forma, se Santa Catarina tem excesso de secretarias, temos que lembrar que o governo federal tem 39 ministérios.

Devemos entender que, se a presidente da República caminha nessa direção, deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. que é do partido da presidente, eu faço parte do partido do vice-presidente, é por que ela pensa em atender melhor a sua população. Por isso, essas questões precisam ser discutidas sem paixão política ou partidária. Precisamos discutir as nossas questões de desenvolvimento colocando, acima de tudo, o interesse das pessoas, da comunidade. E quando vejo a agricultura de Santa Catarina, que é modelo para o Brasil, perdendo a criatividade e as pessoas que tem o conhecimento, a tradição da produção agrícola, se não fosse isso, não seríamos um estado com um pouquinho mais de 1% do território brasileiro, o quinto produtor, penso que temos que fazer alguma coisa para manter essa estrutura, essa tradição no campo, senão, vamos perder essa oportunidade que temos e que nenhum outro estado tem. Santa Catarina tem um exemplo de agricultura, mas precisa de estrada, de investimento, de comunicação, de infraestrutura, de segurança e de educação no campo. O filho do produtor não tem as mesmas condições daquele que mora na cidade, então temos que dar essa possibilidade a ele.

Por isso, é bom deixar claro que os investimentos que o governo do estado está propondo aqui em Santa Catarina, com o apoio do governo federal, e isso ninguém pode deixar de reconhecer, são financiamentos que o nosso estado está contraindo e que, senão este, mas outros governos vão pagar.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero corroborar com as palavras do deputado Moacir Sopelsa na tribuna. Concordo praticamente com quase tudo que ele falou, mas devo dizer que temos pontos bastante divergentes em relação às secretarias Regionais. Eu gostaria de deixar registrado isso porque tenho outra visão em relação a essas secretarias. Eu acho que se cortarmos a metade delas, ao invés de piorar, o estado ficará melhor. O estado andará melhor se tirarmos a metade dessas secretarias. Se tivermos uma secretaria por Regional, teremos um serviço mais eficiente.

Respeito a posição do meu amigo deputado Moacir Sopelsa e entendo que essa é uma posição dele. Só quero deixar registrada a minha posição: eu acho secretaria demais tanto no governo do estado como também nos ministérios deste governo federal, que são uma loucura. É uma loucura em todo lado, diga-se de passagem! Precisa-se dar uma enxugada em todo lado! Isso é muito necessário!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Como o deputado Nilson Gonçalves está inscrito, depois terá a oportunidade de discorrer sobre a temática levantada.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, depois dos pronunciamentos, eu também gostaria de fazer um comentário sobre o que cada deputado disse da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado

aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, que preside esta sessão, srs. deputados, amigos da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero corroborar com as palavras do deputado Moacir Sopelsa no primeiro tempo da sua fala, quando ele disse que realmente esses investimentos que estão vindo a Santa Catarina não estão vindo de graça. São investimentos por conta de um financiamento e de um governo que se credenciou para poder receber esses investimentos. Ou seja, fez o dever de casa para poder ser compensado nessa questão de financiamento, porque grande parte o estado vai contrair, pagar, mas vai destinar, respectivamente, aos 295 municípios, a grande maioria desses a fundo perdido, como forma de investimento, dentro de uma ação prática, objetiva e eficaz para mobilizar a economia catarinense.

Na segunda parte do seu pronunciamento, deputado Moacir Sopelsa, eu tenho que discordar de v.exa., mesmo porque tenho feito vários pronunciamentos na comissão de Finanças e aqui nesta tribuna. E aí eu me associo às palavras do deputado Nilson Gonçalves. Estamos falando em contenção e em gestão, e ela precisa ser empreendida. Entendo que a população aquiesceu a ideia das Regionais nas urnas. Realmente foi um projeto idealizado pelo ex-governador Luiz Henrique da Silveira. Mas, nesse montante que aí está, resolutividade mesmo houve muito pouco de prática e eficiência. Não existe órgão para distribuição e aplicação do recurso mais eficaz que o município, através da prefeitura municipal, porque é ela que está lá na base. E por que criar mais um mecanismo intermediário nessa situação, nesse quesito?

Por isso, não posso concordar com v.exa. e penso que também é vontade do governador reduzir esse número. Mas, por consequência de uma série de condicionantes e de engessamento político, de

repente não tem a condição e a musculatura para poder desenvolver aquilo que é o seu desejo.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado Valmir Comin, v.exa. estava aqui na Assembléia quando foram criadas as secretarias Regionais. E governo do estado, num primeiro momento, mandou um projeto de lei para esta Casa para uma secretaria Regional em cada microrregião. Foi deste Parlamento que nasceram as emendas para criar mais aqui, mais ali e mais acolá. Por isso, deputado Valmir Comin, as 36. Não foi da ideia do primeiro projeto.

Também quero deixar claro, deputado Comin, que em nenhum momento eu disse que as secretarias Regionais estão contribuindo com o papel que foi proposto. Muito pelo contrário, não estão fazendo o papel que deveriam fazer.

Por isso, no meu pronunciamento eu disse que precisam ser repensadas a forma como elas estão, porque não estão cumprindo nem o trabalho que se propuseram a fazer nem atendendo àquilo que a sociedade quer.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Muito bem, deputado Moacir Sopelsa, isso se chama gestão. Mas precisa ser aplicada realmente na prática. Acho que é um modelo interessante, mas precisa ter um cofre com um bando de buacas, de recursos realmente para poder atender a toda essa demanda.

Mas gostaria, sr. presidente, só fazer aqui uma menção que me foi trazida através do prefeito Euzébio Vieceli, de Pinheiro Preto, com relação ao "O Assalto ao Trem Pagador".

(Passa a ler.)

"No ano de 1887, o governo imperial solicita um projeto de uma estrada de ferro com a interação de ligar Itararé (SP) a Santa Maria (RS) e assim interligar as províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e também facilitar a ligação do interior destas províncias com a cidade do Rio de Janeiro.

O americano responsável pela obra dividiu os trechos e empreitou. A responsabilidade de pagamento desses trabalhadores, a partir deste momento, passou a ser dos empreiteiros. Um destes empreiteiros é José Antônio de Oliveira, conhecido como Zeca Vacariano, que possuía um armazém no município de Pinheiro Preto. Segundo relatos históricos, por falta de pagamento, Zeca, juntamente com seus homens de confiança e por conhecer todos os trâmites da empresa e também o local, planejou o assalto ao pagador. Pagador era a locomotiva que transportava o dinheiro até onde já havia ferrovia. Daí em diante o dinheiro seguia num comboio de mulas cavalos e homens.

Na manhã do dia 24 de outubro de 1909, ocorreu o assalto, no valor de trezentos e setenta e cinco contos de réis, aproximadamente, deixando dois mortos no local.

Zeca e seu bando se embrenharam na espessa mata que cobria a região. Foram perseguidos por alguns dias pela força policial, formada por tropas federais e estaduais, porém, só houve uma prisão, enquanto o restante do bando e Zeca Vaticano nunca mais foram vistos na região.

A história virou documentário e está sendo difundida por todo o Brasil. No local do roubo, atualmente, existe uma cruz confeccionada em trilhos, levantada para homenagear os mortos no assalto. Essa cruz é chamada de Cruz do Vacariano e faz parte das atrações turísticas do município de Pinheiro Preto."

Eu só fiz essa referência para resgatar um pouco da história, sr. presidente, desse glorioso município que antes pertencia a Campos Novos e agora com a emancipação tem a sua autonomia. Mas já em 1887, deputado Silvio Dreveck, v.exa. que é um grande defensor das questões das rodovias no estado, já se implantava as rodovias.

Srs. deputados, só um comparativo, tínhamos 32 mil quilômetros de ferrovia, lá em 1950, 1960, que veio para 22 mil, enquanto deveria estar 80 mil, 100 mil. Quer dizer, um equívoco total no setor modal e intermodal deste Brasil. Isso engessa e que aumenta com certeza o custo Brasil, aumentando

cada vez mais o risco Brasil na questão de poder competir com os países neste mercado globalizado.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Gostaria de cumprimentar o meu líder, deputado Valmir Comin, pelos dois pronunciamentos.

Primeiro, gostaria de dizer a v.exa. que a sua tese não é só uma tese, é uma prática na realidade. A melhor municipalização são as prefeituras de verdade, a experiência própria como prefeito de oito anos. Segundo, a sua manifestação com relação a esse resgate histórico do assalto ao trem nos remete a refletir sobre o sistema ferroviário no Brasil, que também é um assunto pertinente e relevante para o dia de hoje.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Muito obrigado, Sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0129/2012, do deputado Altair Guidi.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0123/2012, de autoria do deputado Manoel Mota, que dispõe sobre a estadualização do trecho da rodovia SC-447, divisa entre os municípios de Balneário Gaivota e Sombrio, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Transportes e Desenvolvimento Urbano; de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0254/2012, do deputado Gelson Merisio, que dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias que administram rodovias no Estado de Santa Catarina a divulgarem valores arrecadados e investidos com a cobrança de pedágios.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Direitos, Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher; e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da proposta de emenda à Constituição, PEC 0001/2013, de autoria de vários deputados, que modifica o inciso VI do art. 173 da Constituição do Estado de Santa Catarina. (Concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro às entidades culturais).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0024/2013, do deputado Silvio Dreveck, que declara de utilidade pública a Associação São-bentense de Voleibol, com sede no município de São Bento do Sul.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0304/2012, do deputado Carlos Chiodini, que declara de utilidade pública a Associação Cultural e Beneficente Fraternidade Acadêmica Ciência e Artes, de Jaraguá do Sul.

Ao projeto foi acrescentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0368/2012, da deputada Dirce Heiderscheidt, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Moradoras da Rua São Sebastião, do Bairro Sul do Rio, de Santo Amaro da Imperatriz.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição de Justiça e da de trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0373/2012, da comissão de Educação, Cultura e Desporto, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da G.E.M. Ney Pacheco de Miranda Lima, de Canoinhas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0037/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que institui o Dia Estadual de Luta pela educação infantil no estado de Santa Catarina.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0324/2013, de autoria do deputado Serafim Venzon, que dispõe sobre a obrigatoriedade da destinação de espaço para exposição e comercialização de artesanato catarinense em eventos que recebam apoio financeiro do governo do estado de Santa Catarina.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, da de Finanças e

Tributação e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as seguintes Indicações n.s: 0205, 0206 e 0210/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0207, 0208 e 0209/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0211/2013 de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0212 e 0213/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0214/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes;

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Gostaria de falar, sr. presidente, sobre essa Indicação n. 0214/2013 que trata de um assunto extremamente pertinente: o curso público que foi feito para a formação de soldados do Corpo de Bombeiros Militar do estado. Sobraram vagas, deputado Moacir Sopelsa, para o sexo masculino, num total de 60. E, deputada Ana Paula Lima, tem cinco mulheres que passaram em todos os testes e, por conta de uma lei que esta Casa aprovou dos 6%, elas agora não podem entrar no curso. Isso é um absurdo! Se está sobrando vagas para homens, por que as mulheres que passaram nos testes psicotécnico, físico, portanto aptas, não as preenchem?

Estive conversando com o coronel. E essa minha indicação é para refletirmos sobre esse percentual. E dará o mesmo problema para as vagas de policial militar, em Santa Catarina, pois não vamos conseguir preencher o quadro por conta desses 6% que esta Casa aprovou; dessa forma chamo

a atenção de todos os deputados sobre esse assunto.

No Paraná, são 50% de vagas para homens e 50% para mulheres, nós aqui colocamos em 6%. E agora sobram 60 vagas para homens, quando tem cinco mulheres que foram aprovadas e não podem fazer o curso. Se conseguirem, serão chamadas como NQ, não qualificada.

Precisamos rever isso, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Indicações n.s: 0215 e 0216/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0217/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0218/2013, de autoria da deputada Angela Albino; 0219 e 0220/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch e 0221/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere de plano os seguintes Requerimentos n.s: 0325, 0326, 0327, 0328 e 0329/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0331/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0332, 0333, 0334, 0335, 0336, 0337, 0338, 0339, 0340, 0341, 0342, 0343, 0344 e 0346/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0347/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0348, 0349, 0350, 0351 e 0352/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves e 0353/2013 de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário o seguinte requerimento:

Requerimento n. 0345/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita ao gerente da empresa Tim a melhoria do sinal de telefonia no bairro Loteamento Parizzoto, no município de Capinzal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com a torcida de que seja atendido, e se atender, que atenda ao estado inteiro, porque o problema, com toda certeza, não é só do Loteamento Parizzoto, deputada Ana Paula Lima.

A deputada Ana Paula Lima lembra bem, deputado Silvio Dreveck, da instalação da CPI em defesa do consumidor, do cidadão.

Moção n. 0024/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao ministro da Integração Nacional e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, manifestando preocupação e apelando pela liberação dos recursos financeiros no valor de R\$ 1.200.000,00, retidos no ministério da Integração Nacional desde 2009, para o desassoreamento do canal do Linguado, no município de Barra do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0037/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao secretário de estado da Segurança Pública, solicitando informações sobre o processo licitatório realizado para a compra de veículos automotores, de acordo com a "Operação Segurança Máxima", em Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0038/2013, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviado ao secretário de estado da Fazenda, solicitando informações acerca do valor de isenção fiscal

anual global previsto e executado dos orçamentos relativos aos exercícios de 2009 a 2013.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0039/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao secretário de estado da Educação e de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul, solicitando informações sobre a empresa contratada para executar as obras na Escola Básica Prefeito Lauro Zimmermann, no município de Guaramirim.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0040/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao secretário de estado da Fazenda e da Infraestrutura, solicitando informações sobre o não cumprimento do estado perante os padrões nacionais de numeração de suas rodovias.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0041/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado aos secretários de estado da Fazenda e da Assistência Social, Trabalho e Habitação, solicitando informações sobre o valor repassado para o Fundo

de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina - FUNDHAB, no ano de 2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Foi-nos apresentado pelo deputado Edison Andrino e subscrito por todos os senhores líderes um requerimento solicitando a suspensão da sessão, por até dez minutos, para recebermos neste plenário o vereador Mauro Cesar Martins, do município de Angelina, juntamente com a rainha e as princesas da 19ª Festa do Queijo e do Mel e 1ª Festa das Comunidades, que se realizará no município de Angelina, nos próximos dias 20 e 21 de abril.

Conforme entendimento e manifestação de todos os líderes, esta Presidência suspende a presente sessão por até dez minutos, concedendo o espaço aos proponentes.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, srs. deputadas, todos que nos acompanham, quero voltar ao tema já tratado nesta tarde. É um tema que me interessa muito, que é o debate econômico desse nosso país. O deputado Moacir Sopelsa mencionou aqui os juros altos que os governos pagam. É verdade, o nosso país há pouco tempo estava com um juro de 30% ou até 40% ao mês. Hoje estamos com a taxa de juros mais baixa da história do Brasil.

Claro, os estados precisam renegociar, como Santa Catarina já renegociou, uma parte da sua dívida.

Há poucos dias aprovamos aqui um empréstimo justamente para o governo renegociar, pagar uma dívida antiga, porque o juro ainda era de 30%, 40% ao ano, para os novos patamares de juros que a presidente Dilma Rousseff trouxe, e foi uma das grandes novidades da economia brasileira.

As pessoas se acostumaram com os juros baixos. Eu acompanho nessa estratégia de que precisamos renegociar os juros dos estados. Está sendo feito aos poucos essa perspectiva nova dos juros do nosso país. Agora, precisamos ressaltar uma questão importante. Vivemos um novo momento neste país. Mesmo os partidos e os governos que estão na Oposição estão recebendo recursos e investimentos federais. Não há mais essa de que o cidadão que mora no estado de Santa Catarina, por ser um governo de Oposição ao governo federal, não recebe recursos para investimentos. Todos os estados estão tendo parcerias importantes, porque a União assume um novo papel no desenvolvimento deste país, ou seja, um estado propulsor do desenvolvimento brasileiro. Aí a União, se não consegue fazer todos os investimentos necessários, faz parcerias com estados e municípios.

Agora, Santa Catarina não pode se queixar, pois está recebendo altos investimentos. Mas o que estamos cobrando é o que o governo do estado de Santa Catarina está fazendo com os seus recursos. O que está acontecendo com este estado com os poucos investimentos que tem? Dizem: "Mas os recursos são concentrados na União." É verdade que boa parte dos recursos ficam na União, mas 23% dos impostos voltam para os estados. E sobre isso queremos conversar.

Onde estão sendo aplicados os recursos em Santa Catarina? É o alto índice de renúncia e isenções fiscais que chega a 30%, é o custo da máquina pública - e aí citamos a questão das secretarias regionais. O nosso partido tem posição clara e definida de que 36 secretarias regionais é demais. É muito cabide de emprego.

Conversei, neste final de semana, com vários prefeitos. Os prefeitos não estão nem mais apresentando projetos nas secretarias, nos Conselhos de Desenvolvimento Regional, porque tudo se aprova, mas nada acontece, não têm mais poder.

Os prefeitos estão vindo para cá, à secretaria central, para resolverem os seus problemas, porque lá não se conseguem resolver nada. Então, por que existir essas secretarias?

Poderia ter um só secretário lá, para atender e representar o governo, fazer política na região, e não toda aquela gente gastando dinheiro público. Isso para nós é claro que precisa ser repensado.

Não somos contra. E quero registrar isso. Mas poderíamos ter uma secretaria em cada grande região apenas. Poderíamos ter no mínimo ou no máximo uma secretaria em cada associação de município. Isso precisa ser resolvido, porque a sociedade catarinense, com certeza, não aceita mais esse alto custo, esse empreguismo que está colocado sem resolver os grandes gargalos que a sociedade precisa. E quero deixar isso registrado.

Quero dizer que quando se fala que é preciso se ajoelhar, deputado Nilson Gonçalves, para ter um recurso, filiar-se ao partido do governo, aqui, no estado, a coisa está sendo muito pior, deputado Neodi Saretta, por exemplo: o Fundo Social, das subvenções sociais, somente quem é amigo do rei é que recebe recurso. Quem não é amigo do rei passa longe.

Quero fazer esse registro do que acontece no estado de Santa Catarina, porque nacionalmente não é assim. Todos os estados, todos os prefeitos, estão recebendo recursos.

Eu quero terminar a minha fala, porque o meu assunto prioritário, hoje, são as ferrovias. Quero retomar esse tema.

Nós, da Frente Parlamentar, estamos realizando esta semana mais dois seminários: um amanhã, no município de Pinhalzinho, às 9h, na Câmara de Vereadores, e à tarde, no município de São Miguel d'Oeste, junto com a Frente Parlamentar Federal, coordenada pelo deputado federal Pedro Uczai, junto com as associações de empresas dos

municípios, associações comerciais e industriais, com vereadores, com prefeitos, enfim, com as organizações da sociedade, para discutir os nossos traçados, as nossas ferrovias e a luta que temos pela frente para agilizar esses processos do transporte ferroviário.

Infelizmente, a sociedade brasileira não reagiu na época certa, quando as grandes empresas de transporte, de produção pneus, de equipamentos, os postos de combustíveis, as fábricas de caminhões, não se mobilizaram para o país não abandonar a estratégia ferroviária. O povo não reagiu suficientemente, e perdemos isso.

O deputado Valmir Comin citou, aqui, que são mais de 10 mil quilômetros de rodovias paradas, sem estarem em operação, no nosso país.

Queremos retomar o Brasil do futuro, o Brasil dos próximos 40, 50, 100 anos. E tem que ser um país que tenha no transporte ferroviário uma das estratégias de transporte para baratear custo de produção para o transporte, custo Brasil, melhorar a questão ambiental e melhorar a questão de segurança nas rodovias federais e estaduais.

Então, por isso estamos convencidos e estamos lutando há muito tempo. Felizmente, o estado de Santa Catarina vai ter grandes benefícios no transporte ferroviário.

Tivemos há poucos dias uma importante notícia de que o Exército, o batalhão de Lages, vai construir a ferrovia da integração, que liga o oeste ao litoral. E queremos no dia de amanhã fazer um grande debate no oeste, no extremo oeste, do traçado da ferrovia e da ligação ferroviária até a divisa da Argentina, porque a nossa grande luta que queremos transformar em realidade é levar a nossa ferrovia a ser uma ferrovia bioceânica.

Também, estivemos fazendo esse debate na Argentina, no Parlasul; estivemos no senado argentino, discutindo isso, no ano passado, para que a Argentina se envolva nesse processo e contribua nessa perspectiva da nossa ferrovia bioceânica. É claro que tem uma disputa de São Paulo, Paraná, de o trajeto bioceânico passar por

aquela região, mas nós de Santa Catarina também precisamos fazer isso.

Então, estaremos debatendo esse tema muito nesses próximos dias e meses; vamos fazer seminários, debates, chamando as organizações, as representações da sociedade catarinense, para fazer essa discussão do transporte modal ferroviário no estado de Santa Catarina.

Essa é a luta, o desafio de Santa Catarina, de no seu futuro ter o transporte ferroviário como uma das grandes estratégias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, quero pegar uma carona nas palavras do deputado Dirceu Dresch e dizer que é interessante o que s.exa. disse, no sentido de que muito pior é o governo do estado, e não me lembro bem a palavra v.exa. falou, tem que ir com a caneca na mão... É o pires na mão.

Deputado Dirceu Dresch, não sei, mas de manhã estava numa reunião com o governador e os demais deputados, um grande número de deputados aqui da Casa, e o governador falou em alto e bom som que terá dentro dos próximos dias verba para os 40 deputados distribuir nas suas regiões, no bom sentido, fazerem convênios com prefeituras nas suas regiões. Mas não são apenas os deputados da base, a verba é para todos os 40 deputados. E não sei se o deputado Moacir Sopelsa me permite, mas falarei o valor aqui, são R\$ 3 milhões para cada um dos deputados poderem fazer convênio com municípios de sua região. Assim, deputado Dirceu Dresch, se está indo com o pires, voltará com ele cheio, pode ter certeza.

Agora, quero me reportar a outro assunto que diz respeito à minha região, que é o Canal do Linguado. E v.exas. que conhecem o referido canal e que são de Joinville devem passar por lá toda semana. Ele é um estrangulamento feito naquela ilha de São Francisco do Sul há dezenas de anos.

Um estrangulamento que tornou na verdade a ilha de São Francisco do Sul num continente, porque até então era uma ilha. E a partir daquele estrangulamento deixou de ser ilha; é chamada, mas não o é, porque ela está umbilicalmente ligada ao nosso continente, na nossa região.

Quando vim morar em Santa Catarina, lá pelos idos de 79, fui morar em São Francisco do Sul, até porque a minha mãe é de lá. Morei seis anos no referido município. E não tinha envolvimento político com ninguém, tocava a minha vida, tinha uma lavanderiazinha de navio lá. E na época de eleição, como cidadão comum, acompanhei muitas e muitas vezes candidatos a deputado estadual. Até me lembro bem do falecido Geovah Amarante que era deputado e sempre se reelegia com uma boa votação em São Francisco do Sul. E eles iam àquele Canal do Linguado e faziam eloquentes discursos em prol da abertura do canal.

Naquela época, e lá se vão mais de 30 anos, já se falava do problema desse canal, que causava assoreamento nessa região prejudicando a fauna, a flora, enfim, prejudicava tudo. Era uma questão ambiental, porque a corrente marítima ficou estrangulada com aquele aterro que foi feito.

E não só o deputado falecido, que Deus o tenha, pois era um grande amigo nosso, mas outros candidatos também tiveram a oportunidade de ir ao Linguado e fazer grandes discursos em prol da liberação do canal. Mas nunca foi aberto o Canal do Linguado, por uma razão ou por outra, ou porque faziam um estudo e faziam outro, e não dava certo, ou muitas vezes porque a própria Barra do Sul também não concordava, porque se abrisse o canal o mar avançaria em muitas propriedades nessa região. Enfim, ficou, foi-se protelando, e chegamos a uma situação de emergência, a ponto de o município de Barra do Sul, através de seu prefeito, ter decretado estado de emergência em cerca de 4.100 metros do Canal do Linguado, em razão do problema do assoreamento.

Por que está acontecendo isso? Agora, além da natureza, está prejudicando a navegabilidade, está tendo reflexo na pesca e está tendo reflexo no

turismo. E para quem não sabe 85% disso é a economia do município da Barra do Sul.

Por essa razão, demos entrada a uma moção nesta Casa, pedindo ao governo federal, através do ministério da Integração Nacional, que desentrua, que destranque esses R\$ 1.200 bilhões do governo federal para essa região, pois que agora se faz extremamente necessária a solução desse problema, sob pena de vermos pescadores sem o seu próprio sustento, o turismo diminuindo e uma série de outros problemas, por causa do tal Canal do Linguado, aonde, desde que vim para Santa Catarina, escutei discursos eloquentes.

Está lá e vai provavelmente continuar por longos e longos anos, porque cada vez que se fala em abri-lo, e seria a solução, pelo menos uma pequena parte, para a água ter vazão, o mar ter o seu curso normal para efeito da poluição da baía da Babitonga, bate-se em problemas maiores, que são os proprietários que hoje já têm as suas propriedades à beira da lagoa, na Barra do Sul e tudo mais. Se abrirem o Canal do Linguado, a água vai invadir muitas propriedades. Então é uma discussão que certamente não vai acabar tão cedo.

O que precisamos neste momento, e fizemos este pedido ao governo federal, é a liberação em nível de emergência da verba para que a Barra do Sul continue tendo os seus pescadores, os seus turistas de maneira normal.

Sr. presidente, apenas para efeito de citação, quero dizer que aprovamos nesta Casa a Semana do Aleitamento Materno. E nessa semana tivemos a oportunidade de entregar na Maternidade Darci Vargas, à médica responsável pelo aleitamento materno, a lei já devidamente sancionada pelo governador do estado.

Teremos a Semana Mundial de Aleitamento Materno e a oportunidade de fazer aqui algumas colocações importantes sobre esse evento.

Quero também falar sobre o nosso projeto de lei obrigando que estabelecimentos de hospedagem, hotéis, motéis, pousadas e pensões, onde se hospedarem criança, lógico que a criança tem que estar com um adulto, com os responsáveis, mas

esses lugares devem fazer um cadastro em separado dessas crianças, tudo muito bem feito, para que possamos ter um melhor discernimento e uma melhor proteção com relação às crianças que adentram aos estabelecimentos de pouso, de hospedagem em todo o nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Ainda em Explicação Pessoal, com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Valmir Comin, com a palavra o sr. deputado Edison Andrino.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Edison Andrino, com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, faço uso da tribuna neste momento para que possamos aumentar um pouquinho a discussão sobre o tema que fiz com relação à indicação que esta Casa aprovou e que está sendo encaminhada ao governador e ao comando dos Bombeiros Militares de Santa Catarina, que diz respeito ao concurso n. 002/2012, que foi feito para preenchimento de vagas do curso de formação de soldados tanto do sexo masculino como do sexo feminino.

Eu estava conversando com o deputado Sargento Amauri Soares, uma autoridade no assunto, e ele me falava da Lei Complementar n. 587, que foi promulgada no dia 14 de janeiro deste ano.

(Passa a ler.)

"Esta lei dispõe sobre o ingresso nas carreiras das instituições militares de Santa Catarina e estabelece outras providências".

Na época que estava sendo discutida esta lei complementar, o deputado Sargento Amauri Soares teria feito uma emenda, porque no art. 6º fala o seguinte:

(Continua lendo.)

"O ingresso no estado efetivo para o sexo feminino será, no máximo, de 6% (seis por cento) para os Quadros de Oficiais e de 6% (seis por

cento) para os Quadros de Praças das respectivas instituições militares".[sic]

Então, o art. 6º desta lei complementar fala que é no máximo 6%. Eu estive há pouco conversando com o coronel Gladimir Murer, um dos comandantes dos Bombeiros Militares e presidente da comissão-geral do concurso, e ele esteve explicando que estão sendo feitas algumas ações. Então, esta indicação aprovada nesta Casa, hoje à tarde, de minha autoria, vai ajudar a fazer com que a secretaria da Segurança Pública, órgão superior ao Bombeiro Militar, possa reavaliar essa questão.

Porque sobraram cinco mulheres que passaram em todos os testes e estão aptas, deputado Sargento Amauri Soares, a começar a escola. Dessas cinco mulheres foram chamadas 17, porque era o número de vagas dos 6%. Essas cinco mulheres estão aptas a começar a escola que iniciou dez dias atrás. Só que as vagas das mulheres foram preenchidas e agora as vagas dos homens, que faltaram homens porque foram sendo eliminados nos testes, não puderam ser preenchidas. Mas no concurso anterior, deputado Nilson Gonçalves, a vaga das mulheres que sobrou, porque não havia mulher, foi preenchida por homem. Mas neste concurso a vaga dos homens não pôde ser preenchida pelas mulheres! O que é isso? É discriminação!

E mais ainda: o cômputo geral da corporação dos Bombeiros Militares, tanto no quadro de oficiais como de praças, não chega a 6%. Eu até aceitaria que estivesse no quadro, conforme está na lei de 6%. Aí não haveria problema. Mas elas não querem tirar a vaga de ninguém, elas não estão furando a fila de ninguém! É simples: elas fizeram todos os testes físicos e tudo o que estava previsto e agora não estão conseguindo entrar porque há mais de 40 vagas sobrando e o Corpo de Bombeiros Militar está com essa questão.

Olhando com mais atenção, deputado Sargento Amauri Soares, o § 2º da Lei Complementar que trata do ingresso nas carreiras das instituições militares de Santa Catarina, observei que boa parte das pessoas que prestaram concurso e aquelas que passaram está *sub judice*. E neste artigo o

requisito é não possuir tatuagem ou pintura em extensas áreas do corpo ou em parte expostas ao público quando do uso de uniformes militares de qualquer modalidade.

Entendo que o § 2º da Lei Complementar é louvável, porque nele está que são vedadas tatuagens, pinturas ou marcas que representem símbolos ou inscrições alusivas ideológicas contrárias às instituições democráticas ou que incitem a violência ou qualquer forma de preconceito ou discriminação.

Com isso eu concordo, deputado Dirceu Dresch, ou seja, com tatuagem polêmica que incite a violência. Mas não são todas as tatuagens que incitam a violência!

Conheço uma pessoa, uma dessas que vieram falar com a gente, que tem uma tatuagem no punho, deputado Nilson Gonçalves, que acho que é um origami, que fala de felicidade, com aquela letrinha de japonês. Por conta disso, ela teve que gastar com advogado para entrar com mandado para conseguir fazer a prova; por causa de um negocinho de 2cm² no pulso que incitava a violência.

Precisamos repensar essas coisas rapidamente, porque isso é discriminação. Como é que pode colocar um percentual máximo na participação de mulheres? Então por que não 50%? Por que 6%? Alguns dizem: porque estivemos conversando lá no comando e nas Forças Armadas Nacionais, que utilizam esse índice. Mas então por que no Paraná é até 50% mulheres, enquanto para nós é no máximo 6%? Por que não pode ser usada uma faixa, como sugeriu o deputado Sargento Amauri Soares através de uma emenda, que foi rejeitada aqui, entre 6% e 15%, e não colocar as palavras: máximo e mínimo? Esse mundo será comandado pelas mulheres! Queiram alguns ou não. O nosso país já é comandado por uma mulher. Já existem as cotas, que determinam uma quantidade de vagas a serem ocupadas por homens e mulheres, e agora, quando é para participar, para fazer prova e demonstrar competência física e psíquica, fecham as portas e dizem: aqui não. É preciso rever esses conceitos, esses índices, porque a minha preocupação é com as vagas que

serão abertas para inclusão na Polícia Militar, que vão dar os mesmos problemas, ou seja, vão sobrar vagas para homens e faltar vagas para as mulheres. E as mulheres têm hoje toda a capacidade, senão mais, de exercer toda a função que existe, tanto no Corpo de Bombeiros Militares como na Polícia Militar.

Precisamos levantar essa discussão para que possamos reavaliar essa situação. E eu peço aqui a atenção para esse assunto, tanto da secretaria estadual de Segurança Pública quanto do comando do Corpo de Bombeiros Militar, que se mostrou muito favorável ao aproveitamento dessas mulheres que passaram nos testes e que, portanto, precisam ser chamadas para ajudar o nosso corpo de bombeiros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o último orador inscrito, o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, aproveitando a presença do deputado Kennedy Nunes, gostaria de debater um pouco mais esse assunto anteriormente abordado.

Na verdade, até para fazer justiça, deputado Kennedy Nunes, na minha emenda não constava esse limite entre 6% e 15%, que é uma sugestão, talvez, mais eficiente e que v.exa. apresenta. O texto da lei, que era o texto do projeto e que acabou ficando como veio do palácio, definia no máximo 6% para mulheres nos concursos para a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar. Ora, no máximo 6% pode ser, inclusive, nenhuma vaga. Quer dizer, pode abrir mil vagas na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros e nenhuma ser preenchida por mulheres, porque a lei fala em no máximo 6%. Então, em nossa proposta, nós invertemos isso e sugerimos no mínimo 6%, que era para garantir o preenchimento de algumas vagas por mulheres, senão todas. Eu também não sei de onde saiu os 6%, acho bastante arbitrário e talvez no futuro algum juiz

determine que seja universal, quer dizer, passou no concurso pode ingressar, independentemente de sexo.

Mas quanto às minhas emendas, essa que v.exa. se refere e outras, nenhuma foi aprovada. E v.exa. aqui puxando a lei trouxe outros elementos sobre os quais nós também apresentamos emendas, inclusive sobre essa questão das tatuagens.

Evidentemente, que todos nós, policiais e bombeiros, ou pelo menos a maioria, tem alguma ressalva com relação a isso, talvez fruto de preconceito. Eu, particularmente, não tenho nenhuma tatuagem e não pretendo ter e aconselharia a qualquer pessoa que me perguntasse a não fazer. E concordo também que as tatuagens que incitem a violência e atentem contra os princípios democráticos devem ser de fato combatidas.

Mas escrever que não podem tatuagens que apareçam quando esse profissional estiver usando uniforme de qualquer modalidade é abusivo. Inclusive, a nossa emenda diz o seguinte: quando estiver usando a farda, porque a farda é o uniforme com o qual ele vai trabalhar, se expor ao público. E talvez não fique elegante ou até provoque piada, inclusive das pessoas ou dos jornalistas mais criativos - o que também é bom que exista na sociedade -, se de repente aparecer um policial com uma tatuagem de alguma figura inusitada que possa provocar piada.

Mas o uniforme de educação física, ou seja, um calção, ou para a mulher um short, uma camisa regata, é uma modalidade de uniforme na instituição militar para educação física, para defesa pessoal.

Então, se alguém tiver uma tatuagem em qualquer parte do corpo que não seja - e perdoem-me a expressão - nas partes íntimas, vai aparecer em alguma modalidade de uniforme policial ou bombeiro militar. Inclusive, pelo tamanho do uniforme do salva-vidas.

Eu concordo com v.exa. que é abusivo. Então, trocamos qualquer modalidade por quando estiver fardado. E a farda é o uniforme mais comum com que se aparece em público. E também não foi aceita.

Outra questão é a altura do candidato ou da candidata. Estabeleceu-se 1,65m na lei, inclusive para mulheres. Então, a altura que até o ano passado era 1,60m para todos, a partir da aprovação daquela lei completar passou a ser 1,65m para homens e para mulheres. Evidentemente que somente isso automaticamente tira a maioria das mulheres da possibilidade de fazer o concurso para a polícia e para o bombeiro, porque a maioria das mulheres de Santa Catarina - e mesmo no estado de Santa Catarina, um estado que tem uma incidência de colonização europeia do norte da Europa, ou seja, com pessoas que tem uma estatura mais alta do que muitos estados da federação - não tem 1,65m de altura, o que já tira a maioria delas do páreo, do sonho e da vontade de ser policial ou bombeiro militar.

Nenhuma das nossas emendas foi aceita e por fim eu votei favorável ao projeto, porque acho necessário ter uma lei que discipline, mas fiz ressalva dessas e outras questões.

Na questão específica a qual se referiu v.exa. e fez a indicação que todos nós aprovamos aqui na tarde de hoje, eu não sei se a minha emenda de trocar o máximo pelo mínimo resolveria porque está no edital. Mas é curioso que no edital anterior alguém lembrou de fazer uma ressalva permitindo que as vagas não preenchidas por mulheres fossem preenchidas por homens, e agora não se fez o inverso. Lembrando que no edital anterior não houve mulheres suficientes para preencher as vagas previstas porque o teste de aptidão física era o mesmo.

Então, agora se fez justiça e é diferenciado, porque do ponto de vista da composição física homens e mulheres são diferentes, têm forças diferentes. O que não quer dizer que se tem que subestimar a mulher. Eu acredito que menos de 10% das mulheres conseguem fazer um exercício físico que é exigido no teste de aptidão física chamada barra, que é levantar o peso do próprio corpo oito vezes até que o queixo passe a altura do tórax. Eu acredito que 90% das mulheres, ou mais, não conseguem fazer esse exercício físico. Elas têm

que estar treinadas na academia para conseguir fazê-lo. E muitos homens também não conseguem fazer esse teste, principalmente os da nova geração, porque para aqueles que são minha geração, e principalmente da geração do deputado Dirceu Dresch, que é agricultor, esse teste seria brincadeira para nós, pelo menos quando tínhamos 18 ou 25 anos.

Mas os jovens urbanos de hoje não têm habilidade e muitos rodam no teste. Então, eles só desenvolvem - e fazendo uma brincadeira - a orelha e os dedos, pois vivem utilizando computador, *internet* e jogos eletrônicos. Então, desenvolvem o cérebro, o dedo e as mãos. Os músculos das pernas, do tórax e dos braços não são muito utilizados. É claro que também há muitos que fazem atividade física e desenvolvem a musculatura, mas muitos não praticam nenhum esporte.

Pode ser que haja a intenção por parte de algumas autoridades de restringir o acesso de mulheres na instituição, que é um erro. Porque eu posso testemunhar em qualquer lugar que uma guarnição mista, formada por homens ou mulheres de alta estatura, homens ou mulheres de baixa estatura, é importante, fundamental, inclusive para a eficiência do serviço.

"Ah, não vamos colocar baixinho ou baixinha de 1,60 metros, porque não tem equipamento individual, não tem fardas, botas, curtume para essas estaturas." Mas não tem também para a altura máxima. Por acaso tem para 2,10m, 2,20m? Não tem! Então, além de tudo também é um preconceito.

Numa determinada atividade de instrução da Polícia Militar, em 1990, fazendo um curso de tiro, na época de tiro de combate, eu, Amauri Soares, à época com menos de 30 anos de idade, fiz em plenas condições físicas, tive que passar por cima de uma árvore em cima de um penhasco - era um tronco de árvore que balançava sobre o penhasco. Eu passei, e admito o preconceito, e faço essa autocrítica, porque tinha uma mulher à minha frente e passou. Mas antes de mim e antes dela, vários marmanjos tinham contornado o penhasco, passando por dentro do mato, uma distância enorme,

subindo quase uma montanha para não precisar passar por cima daquele tronco, naquele local, naquele penhasco. E como eu era dos mais modernos, ou o mais moderno daquela turma, o sargento mais novo era o último da chamada. Ela era a segunda, ela passou na minha frente. Foi a minha sorte, porque se eu tivesse na frente dela, na linha de chamada, como os outros antigos, possivelmente teria contornado o penhasco para não passar. E ela passou!

Então, essa é uma prova de que a mulher pode inclusive fazer atividades que o próprio homem muitas vezes recua.

Então, devemos refletir sobre essas questões da natureza da profissão da atividade policial e do bombeiro militar. Seria importante que em cada grupo, em cada guarnição de três, quatro, cinco profissionais, houvesse uma mulher, pelo menos. Inclusive porque muitas atividades são constrangedoras para o homem realizar. A abordagem numa feminina é constrangedora, pode gerar até um processo. Dependendo da abordagem necessária a uma mulher, seria melhor se pudesse ser feita por outra mulher. Até mesmo o atendimento médico seria mais produtivo se for feito por uma mulher. Terá mais êxito a ocorrência, se for feita por uma mulher.

Então, acho que 6% são muito pouco, ainda mais se não se consegue preencher os 6% por conta de mecanismos burocráticos, administrativos, ou talvez de outra natureza, até restritivos, que possa haver.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares, tenho certeza que esse vai ser um belo tema para estarmos discutindo nas próximas sessões.

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a

presente sessão, convoca outra, ordinária, para
amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a presente sessão